



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

CONTRATO Nº /2024
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua Paraguai nº 1.401 em Santa Helena, PR, inscrita no CNPJ sob Nº 76.206.457/0001-19, representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Senhor Daniel Remonti, por delegação do prefeito municipal, conforme Decreto nº 046/2025.

CREDENCIADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada por seu administrador _____, portador do CPF nº _____.

Os pactuantes, acima identificados e qualificados, pelos signatários do presente, com fundamento no inciso I do art. 78, inciso I do art. 79, na legislação pertinente, pactuam entre si o presente credenciamento que terá como condições a Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas que adiante seguem:

1 - OBJETO:

1.1- O presente contrato tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS EMERGENCIAIS E ELETIVOS PARA O CANIL MUNICIPAL DESTA MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.598 DE 20 DE MARÇO DE 2018, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

2 – PREÇO:

2.1 - O valor máximo credenciado é de conforme o descritivo da tabela abaixo:

ITEM	CATMAT*	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14001 Aprox.	Consulta Padrão	Serviço	20	R\$50,00	R\$ 1.000,00
2	14001 Aprox.	Consulta em Plantão	Serviço	15	R\$130,00	R\$1.950,00
3	14001 Aprox.	Teste de Cinomose	Serviço	05	R\$55,00	R\$275,00
4	14001 Aprox.	Teste de Parvovirose	Serviço	05	R\$45,00	R\$225,00
5	14001 Aprox.	Sutura	Serviço	10	R\$100,00	R\$1.000,00
6	14001 Aprox.	Internamento + Medicação + Alimentação + Curativo	Serviço	250	R\$145,00	R\$36.250,00
7	14001 Aprox.	Retirada de Corpo Estranho	Serviço	02	R\$560,00	R\$1.120,00
8	14001 Aprox.	Retirada de Tumor Cutâneo	Serviço	05	R\$320,00	R\$1.600,00
9	14001 Aprox.	Eutanásia – até 10 Kg	Serviço	03	R\$150,00	R\$450,00
10	14001 Aprox.	Eutanásia – até 11 a 20 Kg	Serviço	03	R\$190,00	R\$570,00
11	14001 Aprox.	Eutanásia – acima de 21 Kg	Serviço	03	R\$220,00	R\$660,00
12	14001 Aprox.	Incineração animal 1Kg	Serviço	500	R\$12,00	R\$6.000,00
13	14001 Aprox.	Correção problema oftálmico - até 10 kg	Serviço	03	R\$466,67	R\$1.400,01
14	14001 Aprox.	Correção problema oftálmico - de 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$616,67	R\$1.850,01
15	14001 Aprox.	Correção problema oftálmico - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$766,67	R\$2.300,01
16	14001 Aprox.	Hérnia - até 10 kg	Serviço	03	R\$530,00	R\$1.590,00
17	14001 Aprox.	Hérnia - de 11 a 20 kg	Serviço	05	R\$580,00	R\$2.900,00



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

18	14001 Aprox.	Hérnia - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$620,00	R\$1.860,00
19	14001 Aprox.	Amputação de cabeça do fêmur - até 10 kg	Serviço	03	R\$700,00	R\$2.100,00
20	14001 Aprox.	Amputação de cabeça do fêmur - de 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$800,00	R\$2.400,00
21	14001 Aprox.	Amputação de cabeça do fêmur - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$900,00	R\$2.700,00
22	14001 Aprox.	Amputação de membro - até 10 kg	Serviço	03	R\$650,00	R\$1.950,00
23	14001 Aprox.	Amputação de membro - de 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$800,00	R\$2.400,00
24	14001 Aprox.	Amputação de membro - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$950,00	R\$2.850,00
25	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, placa, cerclagem) - até 10 kg	Serviço	05	R\$1.000,00	R\$5.000,00
26	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, placa, cerclagem) - de 11 a 20 kg	Serviço	10	R\$1.200,00	R\$12.000,00
27	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, placa, cerclagem) - acima de 21 kg	Serviço	10	R\$1.500,00	R\$15.000,00
28	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, fixador externo) - até 10 kg	Serviço	05	R\$920,00	R\$4.600,00
29	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, fixador externo) - de 11 a 20 kg	Serviço	05	R\$980,00	R\$4.900,00
30	14001 Aprox.	Redução de fratura (pino, fixador externo) - acima de 21 kg	Serviço	05	R\$1.300,00	R\$6.500,00
31	14001 Aprox.	Retirada de fixador externo - até 10 kg	Serviço	05	R\$243,33	R\$1.216,65
32	14001 Aprox.	Retirada de fixador externo - de 11 a 20 kg	Serviço	05	R\$296,67	R\$1.483,35
33	14001 Aprox.	Retirada de fixador externo - acima de 21 kg	Serviço	05	R\$326,67	R\$1.633,35
34	14001 Aprox.	Retirada de pino intramedular - até 10 kg	Serviço	03	R\$250,00	R\$750,00
35	14001 Aprox.	Retirada de pino intramedular - de 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$300,00	R\$900,00
36	14001 Aprox.	Retirada de pino intramedular - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$350,00	R\$1.050,00
37	14001 Aprox.	Retirada de placas e parafusos - até 10 kg	Serviço	03	R\$300,00	R\$900,00
38	14001 Aprox.	Retirada de placas e parafusos - de 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$380,00	R\$1.140,00
39	14001 Aprox.	Retirada de placas e parafusos - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$450,00	R\$1.350,00
40	14001 Aprox.	Cesariana - até 10 kg	Serviço	05	R\$500,00	R\$2.500,00
41	14001 Aprox.	Cesariana - de 11 a 20 kg	Serviço	05	R\$600,00	R\$3.000,00
42	14001 Aprox.	Cesariana - acima de 21 kg	Serviço	05	R\$700,00	R\$3.500,00
43	14001 Aprox.	Mastectomia unilateral - até 10 kg	Serviço	03	R\$550,00	R\$1.650,00
44	14001 Aprox.	Mastectomia unilateral - até 11 a 20 kg	Serviço	03	R\$656,67	R\$1.970,01
45	14001 Aprox.	Mastectomia unilateral - acima de 21 kg	Serviço	03	R\$700,00	R\$2.100,00
46	14001 Aprox.	Radiografia	Serviço	70	R\$150,00	R\$10.500,00
47	14001 Aprox.	Ultrassom abdominal	Serviço	30	R\$130,00	R\$3.900,00
48	20184 Aprox.	Hemograma completo	Serviço	40	R\$60,00	R\$2.400,00



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

49	16969 Aprox.	Exame bioquímico (por item)	Serviço	50	R\$27,50	R\$1.375,00
----	-----------------	-----------------------------	---------	----	----------	-------------

2.2 - A quantidade limite não gera direito adquirido à CREDENCIADA, tratando-se de mera estimativa, não obrigando o MUNICÍPIO a contratação total das mesmas durante a vigência do contrato.

3 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 - O prazo de execução do contrato será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de 25/02/2025, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do §1º do art. 71 do Decreto Municipal nº 96/2023.

3.2 – O credenciamento, bem como o contrato a ser celebrado, terão validade até **25/02/2026**.

3.3 - A vigência do contrato será de mais **90 (noventa) dias**, contados a partir da data final do prazo de execução dele.

3.4 - Havendo renovação do contrato, serão mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, com atualização monetária dos valores, pelo índice do INPC, após decorrido o período de 12 (doze) meses desde a data do orçamento estimado, nos termos do art 6º do Decreto Municipal nº 98/2023.

3.5 – Os contratos decorrentes do presente credenciamento poderão ser rescindidos, em até 30 (trinta) dias de antecedência a credenciada poderá solicitar o descredenciamento junto a Secretaria, sem qualquer ônus.

4 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - Liquidação

4.1.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de verificação e ateste do fiscal, gestor de contrato e/ ou servidor designado para fiscalização do mesmo, prorrogáveis por igual período.

4.1.2 - Deverá ser verificado se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.1.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.1.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.5 - As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município De Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, Rua Paraguai nº 1401, Centro, Santa Helena/PR, constando número da licitação, do contrato ou ordem de compra e do Convênio, se for o caso.

4.1.5.1.1 - Além da comprovação de regularidade fiscal, a empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal os seguintes documentos:

- Laudo de acompanhamento de aquisições e/ou execução dos serviços contratados emitido pelo fiscal de contrato.*
- Relatório detalhado identificando o animal (incluindo o número do chip, se aplicável), os exames/procedimentos realizados, com a assinatura do responsável pela clínica e da veterinária do Município.*

4.1.6 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.1.6.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.1.6.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.1.6.3 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.1.6.4 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

a) Será permitido o pagamento sem a devida regularidade uma única vez durante a execução contratual.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

4.1.7 - O município de Santa Helena poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

4.1.7.1 - No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no item 4.1.7.

4.1.7.2 - O contido no item 4.1.7 e 4.1.7.1 será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

4.1.8 - Após o ateste do fiscal e gestor do contrato, os documentos elencados deverão ser enviados para a Secretaria Municipal de Finanças para fins de liquidação, a qual deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias.

4.2 - PRAZO DE PAGAMENTO

4.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.2.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

4.3 - FORMA DE PAGAMENTO

4.3.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada ou por meio de boleto em favor da contratada.

4.3.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.3.5 - Os recursos destinados ao pagamento dos serviços de que trata o presente contrato, são oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

Recurso	
Código Reduzido:	556
Órgão:	08 – SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade:	006 – Central de Vigilância em Saúde
Ação:	2231 – Manutenção das Atividades do Canil Municipal
Vínculo:	505 – Royalties Tratado de Itaipú Binacional
Elemento:	33390390000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Subelemento:	33390390500000000000 – Serviços técnicos profissionais

4.4 - DO REAJUSTAMENTO

4.4.1 - A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001 e Decreto Municipal nº 98/2023, utilizando-se o índice INPC acumulado dos últimos 12 meses.

4.4.1.1 - A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

4.4.1.2 - O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.4.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.4.3 - Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.4.4 - A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

4.4.5 - No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto nos artigos 8º a 14 do Decreto Municipal nº 98/2023.

5 – DA GESTÃO DO CONTRATO E REGRAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

5.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de 10 (dez) dias, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.1.3.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.3.2 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.1.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.1.7 - O credenciamento poderá ser prorrogado dentro dos limites máximos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ficando, esta, condicionada à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

5.1.8 - Os serviços serão prestados nas clínicas das credenciadas, podendo estar localizadas dentro ou fora do Município de Santa Helena, desde que esteja localizada no máximo a 100km de distância.

5.1.9 - Terão prioridade nos atendimentos as clínicas veterinárias credenciadas localizadas dentro do Município de Santa Helena.

5.1.10 - Caso haja mais de uma clínica credenciada no Município para o mesmo tipo de serviço, o critério de encaminhamento será a disponibilidade imediata para o atendimento, sendo encaminhado para a clínica que puder iniciar o procedimento no menor prazo.

5.1.11 - Se a disponibilidade for equivalente entre as clínicas, os encaminhamentos serão realizados de forma igualitária, alternando entre as unidades credenciadas, a fim de garantir equidade no acesso aos serviços.

5.1.12 - Quando for necessário encaminhamento para clínicas fora do Município, e houver mais de uma clínica credenciada disponível, os animais serão direcionados à clínica mais próxima de Santa Helena que possa realizar o procedimento necessário, visando otimizar o tempo de transporte e garantir o atendimento rápido.

5.1.13 - Caso um animal seja constatado como doente, mas não apresente quadro de emergência e não seja possível seu atendimento no Canil, o animal será encaminhado à pessoa jurídica contratada (clínica veterinária). O encaminhamento será formalizado por meio de uma requisição, que incluirá a suspeita clínica do animal e os procedimentos autorizados pelo corpo técnico do Município. Após a avaliação na clínica, poderá ser necessário realizar outros procedimentos, que deverão ser previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do setor responsável.

5.1.14 - No caso de um animal acolhido ou socorrido necessitar de atendimento emergencial, o Canil Municipal fará o encaminhamento imediato à pessoa jurídica contratada para a prestação dos primeiros socorros. A clínica realizará uma avaliação inicial e, com base nisso, elaborará um relatório que será encaminhado ao setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde. A Secretaria, por sua vez, autorizará a continuidade dos procedimentos necessários, observando os limites financeiros estabelecidos. São considerados atendimentos emergenciais aqueles em que o animal está em risco de morte iminente.

5.1.15 - O prazo para conclusão dos atendimentos será de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Solicitação.

5.1.16 - As solicitações emergenciais deverão ser atendidas no prazo máximo de 01 (uma) hora, a partir do contato do responsável pelo Canil.

5.1.17 - Somente nos casos de emergência o(a) Veterinário(a) da Contratante poderá autorizar o procedimento de imediato e posteriormente enviar a requisição devidamente justificada;

5.1.18 - Os animais encaminhados pelo Canil Municipal deverão ser atendidos com a urgência necessária, sendo que aqueles em emergência devem receber tratamento imediato e adequado, nas dependências e instalações da contratada. A pessoa jurídica contratada será responsável pelo atendimento, incluindo a realização dos serviços requisitados, respeitando as normas de qualidade e profissionalismo. Qualquer falha nesse atendimento, por negligência, imprudência, omissão ou imperícia, será de responsabilidade da clínica contratada.

5.1.19 - A clínica e seus profissionais estarão sujeitos à fiscalização por parte do veterinário responsável pelo Canil Municipal, que avaliará as técnicas cirúrgicas empregadas e os protocolos anestésicos utilizados, garantindo uniformidade nos procedimentos. A clínica poderá ser descredenciada caso a qualidade do serviço prestado seja insatisfatória.

5.1.20 - Todo e qualquer procedimento realizado, atendimentos e informações necessárias deverão ser registradas de forma específica e individualizada em prontuário de cada animal, a fim de garantir o devido controle, acompanhamento e avaliação do tratamento.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

5.1.21 - Os valores a serem pagos pelos serviços prestados, obedecerão a tabela constante do presente anexo I, não sendo admitido valores superiores ao estipulado;

5.1.22 - Caso seja necessário realizar a eutanásia de um animal, o procedimento deverá ser autorizado pela veterinária municipal, que avaliará a situação clínica do animal e determinará a melhor ação para o caso.

5.1.23 - O internamento item 7 (procedimentos) será avaliado com base na solicitação de necessidade elaborada pela clínica veterinária credenciada. Essa solicitação será analisada pela veterinária responsável pelo Canil Municipal em conjunto com o veterinário da clínica credenciada. Após consenso entre ambos, será definida a necessidade de internamento e a quantidade de dias necessários até a alta do animal.

5.1.24 - Quando necessário, deverá a credenciada proporcionar atendimento em regime de Plantão para os casos de emergência; consideram-se os serviços na escala de plantão, aqueles praticados fora do horário comercial, ou seja, dias de semana após as 18:00h, sábados após as 12:00h, domingos e feriados. A credenciada deve ter a disponibilidade de prestar atendimentos de emergência fora do horário comercial.

5.1.25 - Quanto aos atendimentos de plantão, será pago a consulta de plantão mais o procedimento realizado.

5.2 - DA GESTÃO

5.2.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou termo aditivo.

5.2.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.2.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.2.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.3 - CONSTITUEM ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:

5.3.1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.3.2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.3.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.3.4 - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.3.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.3.6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedente a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.3.7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.3.8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.3.9 - Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 20 do Decreto Municipal nº 92/2023.

5.3.10 - Para fiscalização do contrato, fica designado o servidor Rosan Mateus, e-mail: rosan.mateus@santahelena.pr.gov.br, telefone (45)3268-8299.

5.4 - CONSTITUEM ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

5.4.1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.4.2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.4.3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.4.4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.4.5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.4.6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.4.7 - Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 92/2023.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

6.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

6.1.3 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.4 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital, da proposta e do contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.5 - Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a

6.1.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

6.1.7 - Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital, seus anexos e no contrato;

6.1.8 - Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

6.1.9 - Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

6.1.10 - Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

6.1.11 - Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

6.1.12 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

A Secretaria Municipal de Saúde realizará avaliação dos serviços prestados pelas empresas credenciadas, através de acompanhamento pela veterinária e pelo fiscal de contrato.

6.2.13 - As guias de requisição de serviços deverão estar autorizadas pelo Departamento responsável, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas por funcionário especialmente designado para esse fim, não sendo permitida a realização de qualquer procedimento sem a devida requisição autorizada pelo funcionário;

6.2.14 - A demanda para a realização dos serviços será determinada pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.2.15 - Os agendamentos para a realização dos procedimentos junto à credenciada serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde;

6.2.16 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter profissionais em contato com a Clínica Credenciada para avaliações, encaminhamentos e liberações.

6.2.17 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter veículo estruturado para resgates dos animais e encaminhamento a clínica credenciada quando necessário.

6.2 – São obrigações da **CONTRATADA**:

6.2.1 - Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

6.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);

6.2.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.4 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.5 - Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

6.2.6 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.7 - Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente e disponibilidade dos sistemas;

6.2.8 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

6.2.9 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

6.2.9.1 - Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

6.2.9.2 - Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

6.2.9.3 - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/21;

6.2.10 - Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

6.2.11 - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a refazer aquele que apresentar falhas ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

6.3.12 - No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital, o fornecedor deverá refazer os serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.12.1 - As clínicas veterinárias contratadas devem possuir centro cirúrgico adequado, equipe técnica qualificada, incluindo médico veterinário responsável pelas cirurgias e anestésias, além de auxiliares capacitados para o manejo dos animais em todas as etapas do atendimento.

6.3.13 - As clínicas veterinárias contratadas devem possuir centro cirúrgico adequado, equipe técnica qualificada, incluindo médico veterinário responsável pelas cirurgias e anestésias, além de auxiliares capacitados para o manejo dos animais em todas as etapas do atendimento.

6.3.14 - A clínica veterinária contratada deverá fornecer toda a assistência veterinária necessária aos animais encaminhados (sejam eles acidentados ou doentes), incluindo o fornecimento de medicamentos e materiais, especialmente para atendimentos de urgência, não podendo realizar cobrança adicional para o atendimento.

6.3.15 - A clínica veterinária contratada deverá emitir um relatório detalhado sobre as condições encontradas no animal atendido, incluindo quaisquer ferimentos ou condições de saúde. Este relatório deverá ser assinado pelo profissional responsável pelo atendimento.

6.3.16 - A Credenciada deve permitir o acompanhamento e a fiscalização dos procedimentos e da estrutura física pela Contratante ou de funcionário designado para tal fim, a qualquer momento da vigência do contrato;

6.3.17 - A Credenciada deverá manter devidamente arquivados os prontuários e outros documentos dos animais atendidos e, de imediato, quando solicitado, apresentá-los à Secretaria Municipal de Saúde para o acompanhamento da execução do contrato, bem como fornecer demais informações acerca dos procedimentos realizados;

6.3.18 - As áreas físicas destinadas à realização dos procedimentos deverão seguir rigorosamente as especificações da Resolução 1.015/2012 do Conselho Federal de Medicina Veterinária – ou de resolução posterior que regule a matéria – e serão de responsabilidade da empresa/estabelecimento credenciado, ficando sujeitas à fiscalização da Vigilância Sanitária e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a qualquer momento durante a vigência do Contrato;

6.3.19 - A Credenciada deverá executar, conforme a melhor técnica, os procedimentos necessários, obedecendo rigorosamente às normas técnicas aplicáveis;

6.3.20 - A credenciada deverá informar o nome e o registro do médico Veterinário Responsável pela Clínica, caso haja mudança, a Contratada deverá encaminhar para o Departamento de Licitações e Contratos, em até 2 (dois) dias úteis, a Certidão Negativa de Registro do Médico Veterinário e o vínculo deste com a empresa.

7 – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1 - À CONTRATADA serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, nas seguintes situações, dentre outras:

8.1.1 - A **multa** poderá ser aplicada em **conjunto** com todas as demais sanções.

8.2 - Aplicação de advertência acrescida de multa:

8.2.1 - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave, multa de 1% do valor do contrato + advertência;

8.2.2 - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, multa de 3% do valor do contrato + advertência;

8.2.3 - Atraso na entrega de até 30 dias, multa de mora diária de até 0,3%, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela de atraso.

8.3 - A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa deverá observar o disposto no art. 62 do Decreto Municipal nº 98/2023.

8.4 - Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

8.4.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar.

8.4.2 - Inexecução total do contrato, multa de 30% do valor do contrato + impedimento de licitar.

8.4.3 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame, multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

8.4.4 - Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar.

8.4.5 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar.

8.4.6 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, multa de 15% do valor do contrato + impedimento de licitar.

8.5 - Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

8.5.1 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

8.5.2 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

8.5.3 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

8.5.4 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

8.5.5 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

8.6 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar o disposto no art. 63 e seguintes do Decreto Municipal nº 98/2023.

8.7 - Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

8.8 - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 84 do Decreto Municipal nº 98/2023.

8.9 - As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

9 – RESCISÃO

9.1 - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei nº 14.133/21.

9.2 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.3 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.4 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

9.5 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

b) *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

9.6 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.6.1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) *Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;*

b) *Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;*

c) *Indenizações e multas.*

9.6.2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

10 - DAS PARTES INTEGRANTES

10.1 - As condições estabelecidas no **Inexigibilidade nº 003/2025**, e na(s) proposta(s) da empresa CREDENCIADA são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

10.2 - Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CREDENCIADA, tais como a prorrogação de prazos, renovação e normas gerais de serviços.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.206.457/0001-19

11 - SUCESSÃO E FORO (art. 55, § 2º)

11.1 - As partes firmam o presente instrumento em 04 vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de SANTA HELENA, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CREDENCIADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Santa Helena - PR, de 2024.

DANIEL REMONTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA
CPF:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

